


**ENEL BRASIL S.A.**  
 CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2016**

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S/A submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **1) Perfil:** Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S.A. é uma holding de companhias que atuam em distribuição, geração, comercialização, transmissão e soluções em energia. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul e representação comercial em outros 11 estados. Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos, com fornecimento de energia a aproximadamente 7 milhões de clientes, apenas nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará no final de 2016. Em novembro de 2016, a Enel Brasil venceu o leilão de desestatização para aquisição de aproximadamente 94,8% do capital social da Celg Distribuição, distribuidora de energia que opera no Estado de Goiás. A liquidação do leilão pelo valor de R\$ 2,187 bilhões e assinatura do contrato de compra e venda de ações ocorreu em fevereiro de 2017. Com a conclusão da operação, a Enel Brasil passou a contar com cerca de 10 milhões de clientes, se tornando o segundo maior grupo no setor elétrico brasileiro, considerando número total de consumidores. Por meio da Enel Soluções, a companhia desenvolve projetos de geração distribuída, com a instalação de painéis fotovoltaicos, armazenamento de energia, infraestrutura elétrica, eficiência energética, além da oferta de serviços por meio da conta de energia. A Enel Brasil encerrou o exercício de 2016 com 17.543 colaboradores, sendo 2.499 próprios e 15.044 parceiros. Com receita líquida de R\$ 9,5 bilhões, registrou um EBITDA de R\$ 1,8 bilhão e um lucro líquido de R\$ 719 milhões no ano de 2016. A Enel Brasil é a subsidiária brasileira da Enel Américas S.A., controlada pela multinacional de energia Enel. Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a Enel Brasil possui o controle majoritário em duas distribuidoras de energia (Enel Distribuição Rio - "Ampla Energia" e Enel Distribuição Ceará - "Coelce"), duas empresas de geração (Enel Green Power Cachoeira Dourada e Enel Fortaleza - "CGTF"), uma empresa de transmissão (Enel Cien) e uma empresa de prestação de serviços para o setor de energia (Enel Soluções - "Práti). Além destes ativos, a Enel Brasil possui participação minoritária em sociedades com propósito específico (SPEs) para construção de usinas eólicas no nordeste do Brasil, em conjunto com a Enel Green Power, subsidiária de energias renováveis do Grupo Enel. Em fevereiro de 2017, passou a controlar também a distribuidora de energia do estado de Goiás, a Celg Distribuição.

**2) Principais Indicadores:**

Indicadores Gerais (consolidado)	2016	2015	Var.
Ativo total - R\$ mil	16.369.991	15.521.556	5,47%
Patrimônio líquido - R\$ mil	8.093.302	7.542.555	7,30%
Dívida bruta - R\$ mil	3.369.801	3.115.045	8,18%
Dívida líquida - R\$ mil	2.198.872	2.409.934	-8,76%
Lucro líquido do exercício (R\$ mil)	718.944	587.178	22,44%
Lucro Líquido por ação (R\$)	2,95	3,29	-10,19%
Valor patrimonial por ação (R\$)	33,22	42,21	-21,30%
<b>Número Total de Colaboradores</b>	<b>17.543</b>	<b>14.274</b>	<b>22,90%</b>
Próprios	2.499	2.663	-6,16%
Parceiros	15.044	11.611	29,57%
<b>Indicadores da Geração</b>			
Energia Gerada - Gwh	3.665	4.398	-16,67%
Energia Vendida - Gwh	9.448	6.541	44,44%
<b>Indicadores da Distribuição</b>			
Energia Fornecida - Venda e Transporte (GWH)	23.178	23.092	0,37%
Número de Consumidores	6.950.119	6.733.585	3,22%

**3) Desempenho Econômico:**

Valores em R\$ Mil (Consolidado)	2016	2015	Var.
Receita operacional bruta	15.485.827	15.927.746	-2,77%
Deduções da receita bruta	-5.632.475	-5.722.536	-1,57%
Receita operacional líquida	9.853.352	10.205.210	-3,45%
Custos do serviço e despesas operacionais	-8.549.617	-8.980.652	-4,80%
EBITDA(1)	1.860.438	1.740.125	6,91%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>18,88%</b>	<b>17,05%</b>	<b>1,83 p.p.</b>
EBIT(2)	1.303.735	1.224.558	6,47%
<b>Margem EBIT</b>	<b>13,23%</b>	<b>12,00%</b>	<b>1,23 p.p.</b>
Resultado financeiro	-357.953	-250.694	42,78%
Imposto de renda e contribuição social	-226.838	-386.686	-41,34%
Lucro líquido	718.944	587.178	22,44%
<b>Margem líquida</b>	<b>7,30%</b>	<b>5,75%</b>	<b>1,54 p.p.</b>

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro, impostos sobre o lucro e Depreciações e Amortizações. (2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro. O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida. A receita operacional bruta de 2016 foi inferior a apresentada no ano de 2015 em 2,77%, devido, principalmente, a contabilização de passivos regulatórios nas distribuidoras do Grupo, que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em abril de 2017, em conjunto, com a recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, e foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa. Os custos e despesas operacionais apresentaram uma redução de 4,80%, explicado, principalmente, por menores custos com compra de energia no mercado spot, por uma redução nos custos com pessoal e por um menor custo de transferência de potência de CTM e TESA para Costanera. Estas variações implicaram em um EBITDA de R\$ 1,8 bilhão, R\$ 120 milhões superior ao apresentado em 2015. **4) Responsabilidade Socioambiental: SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO:** Para o grupo Enel no Brasil, a sustentabilidade é compreendida através de um conceito tridimensional, que integra comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. O planejamento estratégico do grupo é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade. Além disso, possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas das empresas, em alinhamento com os compromissos para o desenvolvimento sustentável. Os 93 projetos socioambientais desenvolvidos nas comunidades e no entorno das empresas do grupo em 2016, foram focados em iniciativas de educação para o consumo consciente e disseminação de conceitos e práticas de sustentabilidade, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia, no caso das distribuidoras, assim como o apoio ao desenvolvimento local, à geração de renda e a democratização do acesso à cultura em todas as empresas. Com o desenvolvimento dos seus variados projetos, em 2016, a Enel Brasil empregou 299 jovens, gerou mais de R\$ 2,5 milhões de renda para as comunidades em que atuou e trocou cerca de 185 mil lâmpadas incandescente por lâmpadas econômicas. No total, foram investidos R\$ 56,8 milhões e beneficiadas, diretamente, 2,34 milhões de pessoas dos quatro estados de atuação no Brasil: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Dentre os projetos desenvolvidos pelo grupo Enel no Brasil que atendem às necessidades e particularidades de cada localidade, merecem destaque em 2016 as seguintes iniciativas: **Ecoenel:** São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes da empresa possam trocar resíduos por bônus na conta de luz. O projeto favorece a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia. **Plataforma Sinfonia do Amanhã:** Programa criado a fim de aprimorar e fortalecer o campo da educação musical nas áreas de atuação da Enel no Brasil com a criação de uma rede entre instituições e projetos de educação musical apoiadas pela companhia no país, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as 18 escolas participantes do programa. **Luz Solidária:** É um projeto de crowdfunding onde os clientes das empresas de distribuição da Enel recebem um incentivo em desconto nas lojas varejistas parceiras do programa para mudar um equipamento elétrico de sua casa por outro mais eficiente (como ar condicionados, geladeiras, freezer). O cliente pode também entregar o equipamento antigo para a reciclagem, contribuindo assim, financeiramente, com um projeto social. **Enel Compartilha Liderança em rede:** O programa reúne lideranças locais em reuniões mensais com o objetivo de formar parcerias e construir uma relação de proximidade entre a empresa e as comunidades onde atua, impulsionando o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias em torno das redes de ação integrada, desenho e implantação de projetos que compartilhem soluções para problemas comuns. **Enel Compartilha Consumo Consciente:** Para promover o acesso à energia, o programa

vai até a casa das pessoas ou em espaços comunitários onde elas se reúnem para dialogar sobre o uso sustentável da energia elétrica e de outros recursos. Um outro equipamento desse programa, que apoia a difusão do consumo consciente de energia, conta com carretas customizadas com maquetes, jogos e animação sobre energia e meio ambiente, que ficam abertas ao público em praças públicas, promove concursos e sorteios de troca de equipamentos, como lâmpadas e geladeiras e ainda realiza visitas em escolas. **Enel Compartilha Oportunidade:** O programa promove o desenvolvimento social e econômico das regiões onde a empresa atua, desenvolve projetos de capacitação para o mercado de trabalho para jovens e adultos, cria redes de empregadores com as empresas contratadas em sua cadeia de valor e com outras empresas da região, emprega alguns desses jovens em suas atividades e identifica outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e acompanhando seu desenvolvimento profissional. **Enel Compartilha Eficiência:** O programa desenvolve e implementa soluções em equipamentos e tecnologia para melhorar a eficiência energética de casas de famílias com baixa renda e de prédios comerciais e públicos. Pelo programa de eficiência energética da empresa são trocadas geladeiras antigas por outras com selo de eficiência A do Procel e são refeitas instalações elétricas precárias em residências de baixo poder aquisitivo. O programa também implementa soluções com geração distribuída de energia solar, por meio de painéis fotovoltaicos, para o funcionamento de bombas de água em residências de baixa renda, de aparelhos de saúde de clientes eletrodependentes e para as dependências de escolas públicas. O objetivo é tornar o consumo mais eficiente e reduzir a conta de luz dos clientes atendidos. **Enel Compartilha Empreendedorismo:** O programa desenvolve e apoia projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos em comunidades de baixa renda, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, respeito ao meio ambiente e possível aporte de estrutura e insumos. **Rede do Bem - Programa de voluntariado Enel Brasil:** Desde 2012, a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015, foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. Em 2016, com a plataforma já consolidada, teve como destaque o Troca de talentos, módulo destinado ao compartilhamento de conhecimento dos voluntários, sejam eles técnicos ou pessoais. Mais de 40 talentos foram publicados na plataforma. Durante o ano também foram promovidas campanhas de doação, caminhadas ecológicas, Natal com propósito, reformas e outras atividades que mobilizaram 156 voluntários. **Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser - Sustentabilidade em Rede":** Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2016, temas como direitos humanos, voto consciente, controle financeiro e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas 38 atividades, durante os quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser, Social, Ser Ambiental e Ser econômico. **RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES: Qualidade: Prêmio Abradee 2016** - A Enel Distribuição Ceará foi eleita pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica) a melhor distribuidora de energia do Brasil pela sexta vez. Na 18ª edição do Prêmio Abradee, a empresa recebeu também o primeiro lugar na categoria "Responsabilidade Social". **Prêmio "As Melhores da Dinheiro"; da Revista IstoÉ Dinheiro** - Pelo segundo ano consecutivo, a Enel Brasil conquistou o primeiro lugar do setor elétrico no ranking "As Melhores da Dinheiro", publicado pela Revista IstoÉ Dinheiro. Além de campeã geral do setor elétrico, a Enel foi destaque nos critérios de Responsabilidade Social, Sustentabilidade Financeira, Governança Corporativa, Inovação e Qualidade e ficou em segundo lugar em Recursos Humanos. **Prêmio CIER 2016** - A Enel Distribuição Ceará foi premiada com a Categoria Bronze no setor elétrico pelo Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP/ISCAL), através do Prêmio CIER 2016. Além disso, a companhia conquistou também a maior evolução nos atributos de Responsabilidade Social, garantindo seu segundo prêmio na mesma edição. **Prêmio Delmiro Gouveia** - A Enel Distribuição Ceará foi premiada ficou em 3º lugar no ranking das maiores empresas do CE e em 4º lugar no ranking das melhores em desempenho social acima de R\$ 90 milhões. **Inovação e Sustentabilidade: Guia Exame de Sustentabilidade** - Por mais um ano, a Enel Brasil integra a lista das empresas modelo no país pelo Guia Exame de sustentabilidade. O grupo foi destaque entre as empresas do setor elétrico. **Empresa Pró-Ética 2016** - A Enel Brasil foi uma das 25 empresas reconhecidas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) como uma empresa referência no questionário Empresa Pro-Ética, em sua primeira participação. A banca avaliadora incluiu o Instituto Ethos, BMF & Bovespa, Instituto ETCO e outras instituições relevantes. **Prêmio "Valor Inovação Brasil"** - A Enel Distribuição Ceará foi eleita a melhor empresa de inovação do setor elétrico brasileiro, no ranking "Valor Inovação Brasil", realizado em parceria entre o jornal Valor Econômico e a Consultoria Strategy&. A Enel Distribuição Rio conquistou a terceira posição na categoria. **Época Negócios 360º** - Na categoria Energia, Enel Brasil conquistou 2º lugar na dimensão "Capacidade de Inovar" do Anuário Época Negócios 360º. **"GC Advanced" Pacto Global** - O relatório anual de sustentabilidade Enel Brasil 2015, alcançou pelo quarto ano consecutivo o nível avançado "GC advanced" do Pacto Global das Nações Unidas. Esta classificação é determinada pelo relato e avanço das ações da companhia nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e luta contra corrupção. **Empresa Cidadã** - Enel Brasil recebeu o certificado de Empresa Cidadã, do conselho Regional de sustentabilidade do Rio de Janeiro (CRC/RJ), por seu relatório anual de sustentabilidade 2015. O prêmio é nacional e reconhece a qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas pelas empresas. **Selo Empresa Amiga da Criança 2016** - Pela primeira vez como holding, a Enel recebeu o selo Empresa Amiga da Criança concedido pela Fundação Abrinq. O Programa mobiliza e reconhece empresas que desenvolvem ações sociais para a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Além do selo, dois projetos foram reconhecidos como destaque em melhores práticas de projetos sociais na região Centro-Oeste, a Plataforma Sinfonia do Amanhã e o Geração Consciente. Desde 2007, as distribuidoras do grupo mantêm este selo. **Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental** - A Enel Distribuição Ceará recebeu o Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental, que tem por objetivo reconhecer as iniciativas e a atuação das empresas em prol da preservação do meio ambiente. O destaque da 12ª edição da premiação foi o projeto Conta Verde, iniciativa que ajuda o cliente a compensar a emissão de CO2 por meio da troca de resíduos sólidos com descontos na conta de luz. **Pessoas: Reconhecimento Global "Boas Práticas para Trabalhadores com Deficiência" 2016** - Por seu programa de diversidade e inclusão de pessoas com deficiência, a Enel obteve reconhecimento global. O prêmio foi entregue na sede da ONU durante um evento que fez parte da programação oficial de celebração de 10 anos da Convenção de Pessoas com Deficiência. A premiação envolveu projetos de 13 países e foi criado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo e suporte do UN Global Compact. **Prêmio Eloy Chaves 2016** - A Enel Distribuição Ceará ficou em Terceiro lugar no prêmio promovido pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), que destaca as práticas de segurança do trabalho. **Prêmio Capacete Dourado** - A Enel Distribuição Ceará conquistou o prêmio por investir em práticas de segurança no trabalho. Oferecido pela MSA - The Safety Company, o objetivo da premiação é incentivar profissionais e empresas a adotarem ações para prevenir acidentes, entre elas, o uso correto dos capacetes industriais. **Selo Empresa Familiarmente Responsável** - A Enel Brasil foi certificada como empresa Familiarmente Responsável pela Fundação Máfamilia, instituição europeia que reconhece as organizações que se esforçam para manter um ambiente de trabalho baseado na flexibilidade, respeito mútuo e compromisso.

**5) Composição Acionária:**

Composição Acionária - Ações Ordinárias	31/12/2016		31/12/2015	
	Número de ações	Part. %	Número de ações	Part. %

Empresa Nacional de Electricidad S/A	-	0,0%	60.299.607	33,7%
Enel Américas	221.705.984	91,0%	87.200.363	48,8%
Chilectra Inversud	10.342.306	4,2%	10.342.306	5,8%
Enel Generación Perú	6.957.053	2,9%	6.957.053	3,9%
Chilectra S/A	-	0,0%	9.275.291	5,2%
Ações em Tesouraria	4.618.298	1,9%	4.618.298	2,6%
Outros	700	0,0%	7	0,0%
<b>Total</b>	<b>243.623.648</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.692.925</b>	<b>100,0%</b>

**6) Agradecimentos:** A Enel Brasil S.A. expressa seus agradecimentos aos acionistas, aos membros do Conselho de Administração, aos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor e, em especial, aos seus colaboradores próprios e de empresas parceiras pelo empenho e dedicação, fundamentais ao cumprimento de seus objetivos. A Administração.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016		31/12/2015	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	5	275.698	193.308	969.232	509.396				
Títulos e valores mobiliários	6	79.068	50.375	212.800	206.168				
Contas a receber		2.899	2.634	-	-				
Consumidores, concessionários e permissionários	7	-	-	1.732.085	1.883.412				
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	8	-	-	548.843	432.717				
Ativos financeiros setoriais	11	-	-	71.310	689.519				
Serviços em curso		-	-	137.328	159.028				
Tributos a compensar	9	58.722	22.730	274.512	268.053				
Dividendos a receber		119.268	86.728	-	-				
Cauções e depósitos	10	-	-	108.163	65.811				
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap	20	-	-	787	5.068				
Empréstimos com partes relacionadas		380.900	290.578	-	-				
Outros créditos	13	26.492	22.292	362.273	354.297				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>943.047</b>	<b>668.645</b>	<b>4.417.333</b>	<b>4.573.469</b>				
<b>Não circulante</b>									
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	7	-	-	160.765	142.321				
Ativos financeiros setoriais	11	-	-	-	151.932				
Tributos a compensar	9	-	-	201.698	186.146				
Depósitos vinculados a litígios		135	135	285.728	294.381				
Cauções e depósitos	10	-	-	26.985	25.575				
Tributos diferidos	28	57.996	1.049	628.049	485.466				
Benefício fiscal - ágio incorporado	12	-	-	49.240	56.606				
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap	20	-	-	10.316	5.385				
Empréstimos com partes relacionadas		1.100.818	945.913	-	-				
Ativo indenizável (concessão)	15	-	-	3.345.545	2.722.423				
Outros créditos	13	-	16.920	2.224	19.306				
Investimentos	14	4.159.725	3.976.611	100	100				
Imobilizado	16	3.737	3.614	1.886.173	1.953.228				
Intangível	17	157.451	178.962	5.355.835	4.905.218				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>5.479.862</b>	<b>5.123.204</b>	<b>11.952.658</b>	<b>10.948.087</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>6.422.909</b>	<b>5.791.849</b>	<b>16.369.991</b>	<b>15.521.556</b>				
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	18	87.167	70.151	1.356.706	1.530.701				
Empréstimos e financiamentos	19	191.405	-	620.804	328.819				
Debêntures	20	-	-	560.875	426.156				
Folha de pagamento		11.810	11.903	113.143	95.440				
Obrigações fiscais	22	22.773	23.730	507.750	565.565				
Taxas regulamentares	8	-	-	610.492	372.128				
Dividendos a pagar		174.838	295.999	232.434	351.572				
Empréstimos com partes relacionadas	23	-	-	-	-				
Obrigações com benefícios pós-emprego	27	-	-	2.974	2.040				
Provisão Luz para Todos		-	-	-	48.489				
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	59.647	71.802				
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP		-	-	13.510	-				
Outras obrigações		-	8.593	230.192	172.823				
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>487.993</b>	<b>410.376</b>	<b>4.308.527</b>	<b>3.965.535</b>				
<b>Não circulante</b>									
Fornecedores	18	-	-	96.955	134.664				
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.422.611	1.210.462				
Debêntures	20	-	-	700.489	1.160.061				
Passivos financeiros setoriais	11	-	-	89.052	-				
Tributos diferidos	28	-	-	51.126	60.662				
Obrigações com benefícios pós-emprego	27	-	-	587.083	577.031				
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	112.167	100.109				
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	1.015	873	813.381	737.759				
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP		-	-	62.615	-				

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital		Reservas de lucros			Patrimônio líquido atribuível aos					Total	
	Integralizado	Integralizar	Ações em tesouraria	Reserva legal	Outras	Reserva de reforço para Reservas capital de giro	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Acionistas controladores	Demais acionistas	Acionistas não controladoras		
														Agio na emissão de ações
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.056.049</b>	-	<b>(111.025)</b>	<b>2.504.370</b>	<b>133.839</b>	<b>(4.016)</b>	<b>1.270.942</b>	<b>9.561</b>	<b>167.722</b>	-	<b>5.027.442</b>	<b>1.629.264</b>	<b>456.206</b>	<b>7.112.912</b>
Aumento de capital	264.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	-	(24.866)	24.866	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	242	242	-	-	-	257
Efeito reflexo dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	(141)	(220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	455.805	455.805	36.799	94.574	(98)	587.178
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.626)	(19.626)	(22.184)	(98)	-	(41.908)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	19.626	-	-	-	-	-
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.337)	-	(5.337)	(1582)	(522)	(7.441)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(231)	(413)	-	(644)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.944)	(18.709)	-	(149.881)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	341.059	-	-	(341.059)	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.302	-	-	-	42.302
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.320.049</b>	-	<b>(111.025)</b>	<b>2.504.370</b>	<b>133.839</b>	<b>(4.016)</b>	<b>1.348.001</b>	<b>46.526</b>	<b>142.856</b>	-	<b>5.380.600</b>	<b>1.631.058</b>	<b>530.897</b>	<b>7.542.555</b>
Aumento de capital	2.553.777	-	-	-	-	-	(189.000)	-	-	-	2.364.777	-	-	2.364.777
Capital a Integralizar	-	(2.364.777)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.364.777)	-	-	(2.364.777)
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27516)	24.866	(2.650)	(4)	(6)	(2.660)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333	333	99	41	473
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80)	-	(129)	(209)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	674.089	674.089	(56.963)	101.818	718.944
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.592)	-	(11.592)	(10.206)	(1505)	(23.303)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	11.592	-	-	-	-	-
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	-	95	-	95	(2.440)	(456)	(2.801)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(318)	(509)	(827)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(174.822)	(174.822)	(11.772)	(206.718)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	512.874	-	-	(512.874)	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	67.848	-	67.848	-	-	-	67.848
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.873.826</b>	<b>(2.364.777)</b>	<b>(111.025)</b>	<b>2.504.370</b>	<b>133.839</b>	<b>(4.016)</b>	<b>1.671.875</b>	<b>114.469</b>	<b>115.340</b>	-	<b>5.933.901</b>	<b>1.549.374</b>	<b>610.027</b>	<b>8.093.302</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	29	-	-	9.853.352	10.205.210
Custo do serviço	30	-	-	(7.703.209)	(8.343.979)
Lucro bruto	-	-	-	2.150.143	1.861.231
(Despesas) receitas operacionais	-	-	-	-	-
Despesas com vendas	30	-	-	(360.265)	(172.371)
Despesas gerais e administrativas	30	(154.722)	(109.324)	(570.815)	(540.527)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação	30	(21.511)	(23.269)	(21.511)	(23.269)
Resultado de equivalência patrimonial	14	568.600	489.197	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	30	163	62	106.183	99.494
Total (despesas) receitas operacionais	-	392.530	356.666	(846.408)	(636.673)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	-	392.530	356.666	1.303.735	1.224.558
Resultado financeiro	31	-	-	-	-
Receita financeira	-	280.304	159.253	779.197	639.116
Despesa financeira	-	(44.553)	(22.524)	(1.137.150)	(889.810)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	628.281	493.395	945.782	973.864
Imposto de renda e contribuição Social	-	-	-	-	-
Correntes	28	(11.138)	(38.639)	(451.184)	(433.815)
Diferidos	28	56.946	1.049	141.334	(27.550)
Incentivo fiscal	28	-	-	83.012	74.679
Lucro líquido antes das participações minoritárias	-	674.089	455.805	718.944	587.178
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	674.089	455.805
Acionistas controladores	-	-	-	-	-
Demais acionistas do Grupo Enel	-	-	-	(56.963)	36.799
Outros acionistas não controladores	-	-	-	101.818	94.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	674.089	455.805	718.944	587.178
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	363.090	158.072
Depreciação e amortização	444	599	590.871	544.887
Imposto diferido oriundo da incorporação	21.511	23.272	21.510	23.272
Provisão para perda na realização de outros créditos	16.921	-	-	-
Equivalência patrimonial	(568.600)	(489.039)	-	-
Provisão (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	142	589	242.144	213.624
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	7.366	8.049
Juros e variações monetárias provisionados	(185.374)	(122.823)	308.851	443.262
Despesas (receita) do ativo indenizável	-	-	(192.180)	(212.922)
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixado	-	-	60.702	22.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(56.946)	(1.049)	(141.334)	27.550
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	103.660	86.502
Obrigações com benefício pós-emprego	-	-	62.445	57.516
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	133.917	920
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(32.545)	(108.134)
Outras receitas	(539)	(6)	7.557	-
(98.352)	(132.652)	2.254.998	1.852.319	

(Aumento) redução nos ativos	-	-	(195.000)	(810.487)
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	-	-
Contas a receber	(265)	(239)	-	-
Subvenção CDE- desconto tarifário	-	-	(116.126)	(251.071)
Ativos setoriais	-	-	802.686	(11.119)
Dividendos recebidos	412.391	785.166	-	-
Cauções e depósitos	-	-	(43.762)	(9.014)
Depósitos vinculados a litígios	-	-	24.084	(17.202)
Instrumentos financeiros - ativo	-	-	(650)	-
Outros créditos	(4.201)	(13)	(4.401)	(84.692)
Aumento (redução) nos passivos	-	-	-	-
Fornecedores	17.016	56.070	(208.671)	275.994
Folha de pagamento	(93)	1.778	17.703	(4.396)
Taxas regulamentares	-	-	238.364	353.247
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	(103.757)	-
Passivos setoriais	-	-	89.052	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(86.766)	(78.057)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(50)	(166.522)	(142.761)
Outros passivos	(8.593)	9.148	10.341	(49.108)
Partes relacionadas, líquidas	-	-	-	-
Tributos a pagar /a compensar, líquidos	(36.949)	13.553	(79.826)	316.888
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	280.954	732.761	2.431.747	1.340.541
Atividades de investimento	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	(28.693)	21.976	(6.632)	22.573
Mútuos concedidos	(88.544)	(854.706)	-	-
Recebimento de mútuos concedidos	-	(1)	-	-
Recebimento de juros de mútuos concedidos (liquidados)	39.133	57.122	-	-
Aplicações no intangível e imobilizado	(567)	-	(1.492.282)	(1.323.048)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(78.671)	(775.609)	(1.498.914)	(1.300.475)
Atividades de financiamento	-	-	-	-
Captação de debêntures	-	-	(385.959)	(110.502)
Pagamento de debêntures	-	-	986.111	405.235
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	(465.118)	(371.416)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(147.434)	(149.239)
Pagamentos de juros de debêntures	-	-	(141.653)	(145.671)
Dividendos pagos	(119.893)	-	(325.591)	(17.599)
Parcelamento de tributos	-	-	-	(3.093)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(119.893)	-	(479.644)	(392.285)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	6.647	(2.456)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	82.390	(42.848)	459.836	(354.675)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	193.308	236.156	509.396	864.071
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	275.698	193.308	969.232	509.396
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	82.390	(42.848)	459.836	(354.675)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022. Por meio da Resolução Homologatória nº 1.902 de 16 de junho de 2015, a ANEEL homologou o resultado da segunda revisão tarifária periódica da Companhia. A RAP homologada, no montante de R\$270.242, nesta resolução teve validade de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. Em 28 junho de 2016, por meio da Resolução Homologatória nº 2.098, a ANEEL homologou a RAP no montante de R\$307.039, para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017. A cada quatro anos a controlada Enel Cien é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o IGP-M. A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na Enel Cien. d) Prestação de serviços: Enel Soluções S.A.: A Enel Soluções S.A. ("Enel Soluções") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral. A Enel Brasil possui participação direta de 99,99% na Enel Soluções. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2017. 2. Principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. Adicionalmente, o Grupo Enel considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo Enel estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. 2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Enel Brasil, suas controladas e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controlada	Percentual de participação (%)	Direta	Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. - EGP Cachoeira Dourada	99,61	99,61	-
Ampla Energia e Serviços S.A. (i)	46,89	46,89	-
Enel Cien - Companhia de Interconexão Energética	100,00	100,00	-
Companhia de Transmissão do Mercosur S.A. - CTM ("CTM") (ii)	99,99	-	99,99
Transportadora de Energia S.A. - TESA ("TESA") (ii)	99,99	-	99,99
Companhia Energética do Ceará - COELCE	58,87	58,87	-
Enel Soluções S.A. - Enel Soluções	99,99	99,99	-
Eólica Fazenda Nova Geração e Comercialização de Energia Ltda	99,95	99,95	-
Santander Fundo de Investimento Córdoba Renda Fixa Crédito Privado ("Córdoba") (iii)	100,00	59,00	41,00
Pienza Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento ("Pienza") (iii)	100,00	29,00	71,00
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Firenze ("Firenze") (iii)	100,00	-	100,00

(i) Embora a participação na Ampla Energia seja inferior a 50,1%, a Enel Brasil possui o controle desta entidade, considerando que a mesma tem o controle, através de contrato, das políticas operacionais e financeiras de forma a obter benefícios de suas atividades. (ii) Controladas indiretas localizadas no exterior. (iii) Fundos de investimentos exclusivos Córdoba, Pienza e Firenze são administrados, respectivamente, pelo Banco Santander S.A., Banco Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo

continuação

## ENEL BRASIL S.A.

contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

**2.4. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo Enel e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. 2.4.1. **Receita de distribuição:** Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas COELCE e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa. 2.4.2. **Receita de transmissão:** A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido anualmente pela ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão. 2.4.3. **Receita não faturada:** Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. 2.4.4. **Receita de construção:** A Interpretação Técnica ICP 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria), Interpretação Técnica ICP 17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17") e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. O Grupo Enel contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Enel terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. 2.4.5. **Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.5. Instrumentos financeiros:** O Grupo Enel classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial. **a) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. O Grupo Enel determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Enel que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ("CPC 38"). Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo Enel tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) Empréstimos e recebíveis. (b) Investimentos mantidos até o vencimento. (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** O Grupo Enel avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **b) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo Enel determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e são acrescidos dos custos da transação diretamente relacionado. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo Enel possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge de fluxo de caixa representado por contrato de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures, contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimo em moeda estrangeira e derivativos representado pelas Non-Deliverable Forward ("NDFs"), visando proteção a proteção do fluxo de pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira (USD) estabelecidos no contrato de abastecimento de gás. A parcela eficaz do hedge de fluxo de caixa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificado para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 21 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pelo Grupo. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Mantidos para negociação:** Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **c) Instrumentos financeiros, apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação. **e) Hedge de fluxo de caixa:** Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, o Grupo Enel classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Grupo desafia aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como o Grupo Enel irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto de hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido. **f) Hedge de valor justo:** A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado. **2.6. Ativo indenizável (concessão):** Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato. **2.7. Intangível:** A Grupo reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. **Ágio atribuído à concessão:** O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027. **2.8. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo Enel são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo Enel reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. **2.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro

ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Imposto diferido:** Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil. **2.10. Benefício a empregados - Planos de benefício definido:** A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos. As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano. As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação. **2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2016. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
-------------------------------------	-----------------------------

<p>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</p> <p>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
--	---

<p>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
---	---

<p>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</p> <p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
--	---

<p>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</p> <p>As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.</p> <p>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
---	---

<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
---	---

<p>IFRS 16 Leases – Arrendamentos</p> <p>IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.
--	---

<p>IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.
--	---

<p>O Grupo está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras. <b>2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:</b> A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. <b>Estimativas e premissas:</b> As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, incluindo o risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. A Administração baseou suas premissas e estimativas sobre os parâmetros disponíveis na data das demonstrações financeiras. Quaisquer mudanças futuras nestes parâmetros serão refletidas quando ocorrerem as mudanças. <b>Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:</b> Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. <b>Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:</b> O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. <b>Provisão para crédito de liquidação duvidosa:</b> A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída substancialmente com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. <b>Impostos:</b> Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia e de suas controladas. Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. <b>Benefícios pós-emprego:</b> O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 27. <b>Receita não faturada:</b> O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuída nesses dias e no preço médio estimado por classe de clientes no mês. Diferenças entre a receita real e a receita não faturada são usualmente imateriais. <b>3. Revisão e reajuste tarifário:</b> A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu para a controlada AMPLA por meio da Resolução Homologatória nº 2.023, de 8 de março de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Ampla resultantes do processo de reajuste tarifário de 2016, cujo reajuste médio percebido pelos consumidores foi de 7,38%. Na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.065 de 19/04/2016, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2016 da controlada COELCE, ocasionando um reajuste médio percebido pelos consumidores de 12,97%, vigente no período de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017. A expectativa da Administração é de que o aumento na receita faturada resultante do aumento nas tarifas seja compensado por um aumento similar nos custos de compra de energia correspondentes, bem como encargos setoriais. <b>4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios: a) Bandeiras tarifárias:</b> Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais desconexões entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo. A evolução positiva do período úmido de 2016, recompôs os reservatórios das hidrelétricas, aliada a aumento de energia disponível, redução de demanda e adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro, possibilitou a mudança das bandeiras tarifárias nos últimos meses. A partir de abril de 2016, a bandeira tarifária passou a ser verde. <b>b) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro:</b> A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente. <b>c) Mudança do índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias</b> A Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015 dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual. <b>d) Revisão tarifária PRORET – 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("CRTP"):</b> A partir da Resolução Normativa nº 660, de 28/04/2015, dentre outras alterações, as receitas faturadas com Ultrapassagem de Demanda - UD e Excedente Reativo - ER, a partir de maio de 2015 passaram a ser contabilizadas como passivos setoriais, no passivo não circulante. A partir do 5º CRTP, estes valores serão devolvidos ao consumidor através da tarifa. <b>5. Caixa e equivalentes de caixa:</b></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.
---	---

<p>Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.
--	---

<p>O Grupo está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras. <b>2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:</b> A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. <b>Estimativas e premissas:</b> As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, incluindo o risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. A Administração baseou suas premissas e estimativas sobre os parâmetros disponíveis na data das demonstrações financeiras. Quaisquer mudanças futuras nestes parâmetros serão refletidas quando ocorrerem as mudanças. <b>Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:</b> Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. <b>Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:</b> O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. <b>Provisão para crédito de liquidação duvidosa:</b> A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída substancialmente com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. <b>Impostos:</b> Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia e de suas controladas. Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. <b>Benefícios pós-emprego:</b> O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 27. <b>Receita não faturada:</b> O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuída nesses dias e no preço médio estimado por classe de clientes no mês. Diferenças entre a receita real e a receita não faturada são usualmente imateriais. <b>3. Revisão e reajuste tarifário:</b> A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu para a controlada AMPLA por meio da Resolução Homologatória nº 2.023, de 8 de março de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Ampla resultantes do processo de reajuste tarifário de 2016, cujo reajuste médio percebido pelos consumidores foi de 7,38%. Na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.065 de 19/04/2016, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2016 da controlada COELCE, ocasionando um reajuste médio percebido pelos consumidores de 12,97%, vigente no período de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017. A expectativa da Administração é de que o aumento na receita faturada resultante do aumento nas tarifas seja compensado por um aumento similar nos custos de compra de energia correspondentes, bem como encargos setoriais. <b>4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios: a) Bandeiras tarifárias:</b> Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais desconexões entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo. A evolução positiva do período úmido de 2016, recompôs os reservatórios das hidrelétricas, aliada a aumento de energia disponível, redução de demanda e adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro, possibilitou a mudança das bandeiras tarifárias nos últimos meses. A partir de abril de 2016, a bandeira tarifária passou a ser verde. <b>b) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro:</b> A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente. <b>c) Mudança do índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias</b> A Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015 dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual. <b>d) Revisão tarifária PRORET – 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("CRTP"):</b> A partir da Resolução Normativa nº 660, de 28/04/2015, dentre outras alterações, as receitas faturadas com Ultrapassagem de Demanda - UD e Excedente Reativo - ER, a partir de maio de 2015 passaram a ser contabilizadas como passivos setoriais, no passivo não circulante. A partir do 5º CRTP, estes valores serão devolvidos ao consumidor através da tarifa. <b>5. Caixa e equivalentes de caixa:</b></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.
---	---

<p>Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos</p>
---

continuação

financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. **6. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos	406	-	47.777	28.308
Total de fundos de investimentos	406	-	47.777	28.308
Fundos exclusivos				
Títulos públicos	65.647	50.375	128.673	167.040
Letras financeiras	13.015	-	32.870	2.559
Total de fundos exclusivos	78.662	50.375	161.543	169.599
Bônus da República Argentina	-	-	3.480	8.261
Total de títulos e valores mobiliários	79.068	50.375	212.800	206.168

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. **7. Consumidores, concessionários e permissionários:** a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado			
	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	Vincendos	90 dias	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>				
Classe de consumidores:				
Residencial	151.779	202.332	89.644	443.755
Industrial	64.692	26.101	90.185	180.978
Comercial	103.256	72.587	66.012	241.855
Rural	41.993	25.940	14.877	82.810
Poder público	105.046	102.942	116.989	324.977
Serviço público	23.987	5.357	2.670	32.014
Revenda	12.426	1.035	980	14.441
<b>Subtotal</b>	503.179	436.294	381.357	1.320.830
Renda não faturada (c)	382.517	-	382.517	465.902
Consumidores livres	138.747	324	7.705	146.776
Consumidores baixa renda (f)	42.111	-	-	42.111
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3.040	-	34.095	37.135
Parcelamento de débitos (b)	-	22.588	19.265	41.853
Legião Energia - CCEAR	8.150	-	-	8.150
Furnas Centrais Elétricas S.A. (d)	-	-	-	2.685
Companhia de Gás do Ceará (CEGAS)	-	-	34.432	34.432
Contas a receber de relacionadas (e)	1.441	118	-	1.559
Contas a receber - RDS	5.206	116.366	68.833	85.675
Outros	8.090	2.443	3.249	13.782
<b>Subtotal</b>	1.092.481	473.403	548.936	2.114.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(316.819)	(316.819)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RDS	-	-	(65.916)	(65.916)
<b>Total circulante</b>	1.092.481	473.403	166.201	1.732.085
<b>Não circulante</b>				
Furnas Centrais Elétricas S.A. (d)	-	-	128.297	128.297
Tractebel Energia S.A. (d)	-	-	70.754	70.772
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289
Parcelamento de débitos (b)	-	-	117.258	117.258
Contas a receber de relacionadas (e)	-	-	95.643	95.643
<b>Subtotal</b>	-	-	427.241	404.162
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(266.476)	(266.476)
<b>Total não circulante</b>	-	-	160.765	160.765

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Adições)	(492.891)
Baixas	(170.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Adições)	99.787
Baixas	(563.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(327.883)
Circulante	242.539
Não circulante	(649.211)
	(382.735)
	(266.476)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber registrados pelas controladas da Companhia. b) Parcelamento de débitos: Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGP-M. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m. c) Receita não faturada: Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo possui registrado em seu contas a receber o saldo de receita não faturada no montante total de R\$382.517 (R\$465.902 em 2015). d) Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"): Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Enel CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$128.297 e R\$70.754 (R\$125.612 e R\$70.772 em 2015) correspondentes ao faturamento de encargos de potência e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A controlada Enel CIEN com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384 em 31 de dezembro de 2016 (R\$196.384 em 2015). e) Contas a receber com partes relacionadas: Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 23. f) Consumidores baixa renda: Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções Normativas nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção esta advinda da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"). Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2016 é R\$42.111 (R\$34.884 em 2015). A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse. No 4º trimestre de 2016 a controlada AMPLA iniciou uma operação de venda de faturas de energia de clientes massivos de baixa tensão, sendo os riscos e benefícios substancialmente transferidos na operação para a contraparte. Essa operação atende os requisitos para desreconhecimento do ativo financeiro tratados no CPC 38 Instrumentos Financeiros- Reconhecimento e Mensuração. **8. Subvenção CDE - Desconto Tarifário (Consolidado):** Valor a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	Ampla		Coelce		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742	-	-	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.711/2014	-	-	74.489	74.489	74.489	74.489
Resolução Homologatória 1.861/2015	129.810	113.703	-	-	129.810	113.703
Resolução Homologatória 1.882/2015	-	-	90.419	188.630	90.419	188.630
Resolução Homologatória 2.023/2016	78.954	-	-	-	78.954	-
Resolução Homologatória 2.065/2016	-	-	100.679	-	100.679	-
Parcela de estimativa	15.371	6.147	(917)	(10.361)	14.454	(4.214)
Atualização monetária (*)	1.636	1.636	6.660	6.731	8.296	8.367
<b>Total de subvenção CDE</b>	<b>277.513</b>	<b>173.228</b>	<b>271.330</b>	<b>259.489</b>	<b>548.843</b>	<b>432.717</b>

\* A Resolução Homologatória 1.857, estabeleceu que a Eletrobras deverá atualizar os valores dos repasses dos recursos da CDE realizados em atraso com relação à data fixada para repasse pelo variação mensal do IPCA, tendo sua aplicação iniciada no mês de março de 2015. Em 8 de julho de 2015, foi proferida em favor das controladas Ampla Energia e COELCE, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária, acumulado desde outubro e novembro de 2014, com os valores mensalmente devidos pelas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente, a título de cota mensal da CDE. Em função de a decisão ser liminar, as controladas Ampla Energia e COELCE mantêm registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 305.155 e R\$ 277.699, respectivamente, correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado contabilmente quando a decisão transitar em julgado.

### 9. Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	57.963	22.726	120.956	136.567
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	-	4	248.593	222.610
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (c)	-	-	80.422	91.288
INSS Patronal	-	-	6.332	1.676
Outros tributos	759	-	19.907	2.058
<b>Total de tributos a compensar</b>	<b>58.722</b>	<b>22.730</b>	<b>476.210</b>	<b>454.199</b>
Circulante	58.722	22.730	274.512	268.053
Não circulante	-	-	201.698	186.146
<b>Total</b>	<b>58.722</b>	<b>22.730</b>	<b>476.210</b>	<b>454.199</b>

(a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96. (b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo fixo (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes, à razão de 1/48 avos. (c) Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar da controlada Ampla Energia no valor total de R\$41.175 (R\$39.181 em 2015) referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a controlada Ampla Energia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos. Os valores de PIS e COFINS a compensar referentes à controlada Enel CIEN, no montante total de R\$34.904 em 31 de dezembro de 2016 (R\$33.521 em 2015), se referem principalmente aos pagamentos de PIS e COFINS realizados em anos anteriores, além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a controlada Enel CIEN entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos. Os demais PIS e COFINS a compensar referem-se às controladas COELCE, EGP Cachoeira Dourada e Enel Soluções, nos montantes de R\$677, R\$2.662 e R\$1.004, respectivamente. **10. Cauções e depósitos**

Instituição	Tipo de Aplicação	Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015
Itaú-Unibanco	Fundo de Investimento	107.843	65.492
Bradesco	CDB	-	5
Itaú	CDB	-	792
BNB	CDB	-	18.161
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	8.027
Caixa Econômica Federal	Caução	320	-
Outros	-	-	194
<b>Total</b>		<b>108.163</b>	<b>26.985</b>

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos de cauções e depósitos registrados pelas controladas Ampla Energia e COELCE, nos valores de R\$63.601 e R\$71.548 (R\$40.923 e R\$50.269 em 2015), respectivamente, correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos. Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco. Eles incluem, garantias exigidas em contratos de empréstimos e financiamentos, valores retidos de fornecedores e de contratos de aquisição de energia elétrica conforme cláusulas contratuais. **11. Ativos e passivos setoriais:** Como resultado da Audiência Pública nº 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foram aprovados os termos aditivos aos contratos de concessão das distribuidoras Ampla e Coelce, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s). Dessa forma, os aditamentos dos contratos de concessão e permissões apresentaram um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das distribuidoras aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as distribuidoras e o órgão regulador, e que até então eram considerados ativos e passivos regulatórios os quais não possuíam garantias de recuperação ou liquidação. Sendo assim, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão, referidos ativos e passivos passaram a ser registrados nas demonstrações financeiras das distribuidoras de energia elétrica e classificados como natureza financeira. Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo Circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Diferimentos tarifários (CVAs)	(18.664)	39.811	544.219	121.216
Compra de energia	176.198	(24.240)	523.808	98.369
Encargo de serviço do sistema - ESS	(236.609)	64.684	(164.035)	(26.680)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(3.734)	8.416	59.239	15.118
Uso da rede básica	8.053	(1.930)	108.579	26.478
Outros	37.428	(7.119)	16.628	7.931
Outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	89.974	49.241	145.300	30.716
Sobrecontratação de energia	(115.738)	32.608	27.360	57
Recomposição de ICMS	61.956	(3.839)	80.771	28.016
Bandeira não faturada	-	-	(44.305)	-
Postergação de revisão tarifária	(13.571)	-	-	-
Neutralidade	19.608	(3.010)	24.816	7.674
Outros passivos	137.719	23.482	56.658	(5.031)
Total dos outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	71.310	89.052	689.519	151.932

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A - CVA", com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados no CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. **12. Benefício fiscal - ágio incorporado (Consolidado). Ágio de incorporação da controladora:** O ágio é oriundo da operação de incorporação que a controlada COELCE realizou em sua controladora Distrital Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, sendo fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da ANEEL nº 269, de 15 de setembro de 1999. O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2016	Percentual
Em 2017	6.741	14%
Em 2018	6.168	13%
Em 2019	5.646	11%
2020 em diante	30.685	62%
	49.240	100%

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distrital não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da controlada COELCE (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica. Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com a ANEEL, a controlada COELCE, para a substituição do mecanismo de desdobramento e resgate de ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da controlada COELCE de cumprir as recomendações do órgão regulador. Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da controlada COELCE para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distrital, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constituiu benefício fiscal para a controlada COELCE. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício. O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constituiu benefício fiscal para a controlada COELCE. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Benefício fiscal - ágio incorporado</b>		
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização do ágio	(630.400)	(608.736)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	333.045	318.747
Saldo	49.240	56.606
<b>Reserva de capital</b>		
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

### 13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Alienação de bens e direitos	-	-	-	1.484
Assistência médica a aposentados	-	-	7.533	7.692
Convênios de arrecadação	-	-	67.160	77.063
Consumidores - Serviços Prestados	-	-	84.519	81.368
Desativações em curso	-	-	5.483	23.297
Gastos a reembolsar - consumidores	-	-	3.228	3.569
Gastos a reembolsar - iluminação pública	-	-	2.794	2.795
Sindicato	-	-	-	5.658
Serviços a terceiros	-	-	15.379	6.855
Serviços em curso	-	-	9.513	-
Cheques devolvidos	-	-	-	-
Créditos de fornecedores	-	-	7.207	21.597
Adiantamentos a empregados	-	-	9.983	11.925
Adiantamentos a fornecedores	-	859	12.327	24.671
Energia Livre	-	-	-	2.729
Despesas de				

continuação

Saldo em 31 de dezembro de 2014	Consolidado	
Transferências do ativo intangível	2.125.968	
Marcação a mercado - ativo financeiro	402.865	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	193.590	
Transferências do ativo intangível	2.722.423	
Marcação a mercado - ativo financeiro	430.942	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	192.180	
	<b>3.345.545</b>	

O valor residual de cada bem novo adquirido que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão é transferido do ativo intangível e alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783.

**16. Imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	Vida útil (anos)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Administração				
Terrenos	-	350	-	350
Edificações	30	1.771	(757)	1.014
Máquinas e equipamentos	6	2.025	(1.622)	403
Veículos	7	1.344	(1.272)	72
Móveis e utensílios	16	3.951	(3.788)	163
Total imobilizado em serviço		<b>9.441</b>	<b>(7.439)</b>	<b>2.002</b>
Em curso				
Imobilizado em andamento	-	1.735	-	1.735
Total do imobilizado em curso		<b>1.735</b>		<b>1.735</b>
Total do imobilizado		<b>11.176</b>	<b>(7.439)</b>	<b>3.737</b>

	Controladora		Consolidado	
	Vida útil (anos)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Terrenos	-	3.644	-	3.644
Reservatórios	50	243.081	(168.354)	74.727
Edificações	30	202.224	(145.881)	56.343
Máquinas e equipamentos	31	4.335.255	(3.028.875)	1.306.380
Veículos	7	5.744	(4.738)	1.006
Móveis e utensílios	16	85.020	(58.892)	26.128
Bens de renda	40	25.219	(16.341)	8.878
Total imobilizado em serviço		<b>4.900.187</b>	<b>(3.423.081)</b>	<b>1.477.106</b>
Em curso				
Imobilizado em andamento	-	409.279	-	409.279
Total do imobilizado em curso		<b>409.279</b>		<b>409.279</b>
Total do imobilizado		<b>5.309.466</b>	<b>(3.423.081)</b>	<b>1.886.173</b>

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	Em serviço	Em curso	Em serviço	Em curso
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.596	(6.681)	2.915	1.304
Transferências	135	-	135	-
Adições	-	-	-	214
Reclassificações	-	-	-	183
Baixas	(290)	285	(5)	(5)
Depreciação	-	(599)	(599)	-
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	(2.565)	1.724
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<b>9.441</b>	<b>(6.995)</b>	<b>2.446</b>	<b>1.169</b>
Transferências	-	-	-	566
Adições	-	-	566	-
Baixas	-	-	-	(283)
Depreciação	-	(444)	(444)	-
Reclassificações	-	-	-	290
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	(15.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<b>9.441</b>	<b>(7.439)</b>	<b>2.002</b>	<b>1.735</b>

O ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, basicamente, pelos saldos dispostos nas controladas CGTF, EGP Cachoeira Dourada e Enel CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas. **CGTF:** O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da controlada CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterão à União no final do período de autorização. **EGP CACHOEIRA DOURADA:** O imobilizado da controlada EGP Cachoeira Dourada está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. A Administração da Companhia entende que a controlada EGP Cachoeira Dourada sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada EGP Cachoeira Dourada e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. **Enel CIEN:** De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. **17. Intangível:** A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora - Enel Brasil		Consolidado	
	Em serviço	Em curso	Em serviço	Em curso
Saldo em 31 de dezembro de 2014	435.755	(235.477)	-	200.278
Amortização do ágio	-	-	-	(23.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<b>435.755</b>	<b>(258.749)</b>	<b>-</b>	<b>177.006</b>
Adições	-	-	-	-
Amortização do ágio	-	(21.511)	-	(21.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>435.755</b>	<b>(280.260)</b>	<b>-</b>	<b>155.495</b>

	Controladora		Consolidado	
	Em serviço	Em curso	Em serviço	Em curso
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.717.691	(4.061.595)	(650.922)	4.005.174
Adições	-	-	-	1.223.803
Baixas	(182.001)	164.031	69.859	51.889
Amortização	-	(449.829)	45.318	(404.511)
Reclassificações	-	(183)	-	(183)
Transferências	954.571	-	(8.830)	945.741
Transferências ativo indenizável	(407.150)	-	4.285	(402.865)
Efeito de conversão de controlada no exterior	(154)	134	-	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<b>9.082.957</b>	<b>(4.347.442)</b>	<b>(540.290)</b>	<b>4.195.225</b>
Adições	-	-	-	1.450.682
Baixas	(145.237)	84.818	69.859	51.889
Amortização	-	(498.058)	45.318	(452.740)
Reclassificações	(1036)	746	-	(290)
Transferências	933.798	-	(17.350)	916.448
Transferências ativo indenizável	(430.942)	-	4.285	(430.942)
Efeito de conversão de controlada no exterior	(957)	881	-	(76)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>9.438.583</b>	<b>(4.759.055)</b>	<b>(512.130)</b>	<b>4.167.398</b>

(\*) O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783. Vide Nota 15. **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina o registro da amortização mensal na obrigação especial, que decorre da participação nos investimentos não condicionadas a qualquer retorno para a concessão, tal registro é iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária das controladas Ampla Energia e COELCE, e a amortização teve seus primeiros registros em abril de 2009, baseados em uma taxa média. As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,10% a.a. e 3,84% nas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização).

**18. Fornecedores**

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Partes relacionadas (a)	75.410	65.662
Materiais e Serviços	11.757	4.489
Total	<b>87.167</b>	<b>70.151</b>

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento e transporte de energia	610.246	988.398
Compra de energia	22.861	44.578
CEGAS - Companhia de Gás do Ceará	-	1.440
Diferencial Eletrônico	-	22.871
Encargo de Uso da Rede	31.870	10.690
Geradoras - Energia Livre / Energia Incentivada	196.047	204.953
Partes relacionadas (a)	10.533	4.730
Outros	582.104	387.705
Materiais e serviços	1.453.661	1.665.365
Total	<b>1.356.706</b>	<b>1.530.701</b>
Circulante	96.955	134.664
Não circulante	-	-

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, se encontram descritos na Nota 23.

**19. Empréstimos e financiamentos:** As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Consolidado	
	Circulante	Princípio
	31/12/2016	31/12/2015
Moeda estrangeira		
União Federal - Bônus de Desconto (a)	18	15
União Federal - Bônus ao Par (a)	69	83
Citibank N.A (n)	957	-
Santander Chile (o)	2.152	-
Total moeda estrangeira	<b>3.196</b>	<b>98</b>

	Encargos de dívida		Consolidado	
	Circulante	Princípio	Circulante	Não Circulante
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional:				
Eletrobrás (b)	12	250	8.320	9.902
Banco do Nordeste - FNE (c)	161	232	21.237	21.237
BNDES FINAME 2012-2013 (d)	35	41	4.121	4.121
BNDES FINEM 2012-2013 A (d)	173	220	13.179	13.007
BNDES FINEM 2012-2013 B (d)	192	244	13.178	13.006
BNDES CAPEX 2012-2013 F	9	-	759	-
ITAÚ CCB (e)	6.190	6.299	50.000	-
BNDES (Finame) (f)	3	4	562	561
BNDES (Finem seccionamento) (g)	61	71	4.759	4.243
BNDES (Capex 2011) (Finame) (h)	169	207	10.139	10.140
BNDES (Capex 2011) A (h)	113	185	19.653	19.374
BNDES (Capex 2011) B (h)	125	205	19.653	19.374
BNDES (Capex 2012-2013) (Finame) (i)	70	80	8.256	8.256
BNDES (Capex 2012-2013) A (i)	314	398	23.866	23.528
BNDES (Capex 2012-2013) B (i)	348	441	23.866	23.528
Banco do Brasil (BB Agropecuário) (j)	4.723	6.298	75.000	75.000
Banco do Brasil A (j)	-	1.813	-	-
Banco do Brasil B (j)	-	424	-	-
BNDES (Capex 2014-2015) A (k)	870	61	45.013	7.666
BNDES (Capex 2014-2015) B (k)	19.407	165	44.621	7.666
BNDES (Capex 2014-2015) Finame (k)	259	-	9.143	-
Working capital Santander (l)	-	-	-	50.474
Chilectra Américas S.A(m)	708	-	9.365	-
Chilectra Inversud S.A(m)	790	-	10.442	-
Edegel S/A (m)	531	-	7.024	-
Endesa Américas S/A (m)	4.604	-	60.883	-
Enersis Américas S/A (m)	6.659	-	88.043	-
Total de moeda nacional	<b>46.526</b>	<b>17.638</b>	<b>571.082</b>	<b>311.083</b>
Total sem efeito do Swap	<b>49.722</b>	<b>17.736</b>	<b>571.082</b>	<b>311.083</b>
Resultado das operações de Swap	<b>3.194</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62.615</b>
Total	<b>52.916</b>	<b>17.736</b>	<b>571.082</b>	<b>311.083</b>

	Bancos		Tipo de		Encargos	
	Início	Vencimento	amortização	Garantias	financeiros	
Moeda estrangeira:						
União Federal - Bônus de Desconto (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao final	Receíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.	
União Federal - Bônus ao Par (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao final	Receíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.	
Citibank N.A. (n)	06/01/2016	24/12/2018	Ao final	-	USD + Libor + 2,4% a.a.	
Santander Chile (o)	07/03/2016	07/03/2019	Ao final	-	USD + Libor + 1,53% a.a.	
Moeda nacional:						
Eletrobras (b)	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Receíveis e nota promissória	6,95% a.a.	
Banco do Nordeste - FNE (c)	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Fiança bancária e conta reserva	10% a.a.	
BNDES FINAME 2012-2013 (d)	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Receíveis e conta reserva	3,00% a.a.	
BNDES FINEM 2012-2013 A (d)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis e conta reserva	TJLP + 2,8% a.a.	
BNDES FINEM 2012-2013 B (d)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis e conta reserva	TJLP + 3,8% a.a.	
Itaú CCB (e)	20/03/2014	20/03/2019	Mensal	-	112% CDI	
BNDES (Finame) (f)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Receíveis	3,5%	
BNDES (Finem seccionamento) (g)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Receíveis	TJLP + 2,8%	
BNDES (Capex 2011) (h)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Receíveis	8,7% a.a.	
BNDES (Capex 2011) (h)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Receíveis	TJLP + 2,96%	
BNDES (Capex 2011) (h)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Receíveis	TJLP + 3,96%	
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Receíveis	3,0%	
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis	TJLP + 2,80%	
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis	TJLP + 3,80%	
Banco do Brasil S.A. (j)	19/11/2013	14/11/2019	Annual	-	107% CDI	
Banco do Brasil S.A. (j)	29/11/2013	25/11/2019	Annual	-	107% CDI	
Banco do Brasil S.A. (BB Agropecuário) (j)	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI	
BNDES (Capex 2014-2015) A (k)	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Receíveis	TJLP + 3,1% a.a.	
BNDES (Capex 2014-2015) B (k)	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Receíveis	SELIC + 3,18% a.a.	
Working Capital Santander (l)	21/03/2011	27/06/2016	Mensal	-	CDI + 1,8% a.a.	
Chilectra Américas S.A(m)	05/07/2016	15/12/2017	Ao final	-	15,97% a.a.	
Chilectra Inversud S.A(m)	05/07/2016	15/12/2017	Ao final	-	15,97% a.a.	
Edegel S/A (m)	05/					

continuação

20. Debêntures	Descrição	Companhias	Consolidado					
			31/12/2016			31/12/2015		
			Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
1ª série - 3ª emissão	COELCE	-	-	-	1.575	52.000	-	
1ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	369	58.500	-	
1ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	302	50.000	-	624	50.000	50.000	
1ª série - 8ª emissão	Ampla Energia	10.903	50.000	100.000	11.050	-	150.000	
2ª série - 3ª emissão	COELCE	3.864	140.346	140.375	5.537	131.522	263.073	
2ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	7.469	87.831	87.831	10.576	82.307	164.613	
2ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	13.340	137.142	274.287	12.593	-	385.551	
2ª série - 8ª emissão	Ampla Energia	10.903	50.000	100.000	11.050	-	150.000	
(-) Custo a amortizar		-	(1.225)	(2.004)	-	(1.547)	(3.176)	
Total sem efeito das operações de swap		46.781	514.094	700.489	53.374	372.782	1.160.061	
Resultado das operações de swap		-	(787)	-	-	(5.068)	(5.385)	
Total de debêntures		46.781	513.307	700.489	53.374	367.714	1.154.676	

Mutações de debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	154.625	1.419.545	1.574.170
Encargos provisionados	152.499	-	152.499
Encargos pagos	(145.671)	-	(145.671)
Transferências de prazos	370.072	(370.072)	-
Variação monetária	-	97.929	97.929
Amortização do principal	(110.502)	-	(110.502)
Transferência custo de transação	(1.547)	1.547	-
Apropriação do custo de transação	1.583	-	1.583
Resultado das operações de Swap	29	5.727	5.756
Saldo em 31 de dezembro de 2015	421.088	1.154.676	1.575.764
Encargos provisionados	135.059	-	135.059
Encargos pagos	(141.653)	-	(141.653)
Transferências de prazos	521.566	(521.566)	-
Variação monetária	-	66.205	66.205
Amortização do principal	(385.959)	-	(385.959)
Transferência custo de transação	(1.174)	1.174	-
Apropriação do custo de transação	1.495	-	1.495
Resultado das operações de Swap	9.666	-	9.666
Saldo em 31 de dezembro de 2016	560.088	700.489	1.260.577

Características das emissões:

Características	3ª emissão - 1ª série	3ª emissão - 2ª série
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,97% a.a.	6,85% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Ampla Energia

Características	6ª emissão - 1ª série	6ª emissão - 2ª série
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Característica

Característica	7ª emissão - 1ª série	7ª emissão - 2ª série
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,02% a.a.	IPCA + 6,00% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

Característica

Característica	8ª emissão - 1ª série	8ª emissão - 2ª série
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados
Quantidade de títulos	15.000 debêntures simples	35.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	16 de julho de 2014	16 de julho de 2014
Vencimento inicial	15 de julho de 2017	15 de julho de 2017
Vencimento final	15 de julho de 2019	15 de julho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	Sem atualização
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,45% a.a.	CDI + 1,45% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortização programada	Em três parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2017, 2018 e 2019	2017, 2018 e 2019

Durante 2016 a controlada Ampla Energia obteve aprovação, através de Assembleias de Debenturistas, para modificar a fórmula de cálculo dos covenants. As controladas Ampla Energia e COELCE estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2016:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Índice
3ª emissão - COELCE	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
3ª emissão - COELCE	EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
6ª emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
6ª emissão - Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	1,75
7ª emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
7ª emissão - Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	1,75
8ª emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
8ª emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/(Dívida financeira líquida + patrimônio líquido) (máximo)	0,60

Amortização contratual do longo prazo das debêntures, é como segue:

	2018	Após 2018	Total
2ª série - 3ª emissão - Coelce	140.375	-	140.375
1ª série - 6ª emissão - Ampla Energia	-	-	-
2ª série - 6ª emissão - Ampla Energia	87.831	-	87.831
2ª série - 7ª emissão - Ampla Energia	137.143	137.144	274.287
1ª série - 8ª emissão - Ampla Energia	50.000	50.000	100.000
2ª série - 8ª emissão - Ampla Energia	50.000	50.000	100.000
(-) Custo de transação	(1.009)	(995)	(2.004)
Total a amortizar	464.340	236.149	700.489

**21. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro. Considerações gerais.** O Grupo Enel possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado. **Fatores de risco.** a) Risco de taxa de câmbio. Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de swap cambial:

	Passivo
Dólares norte-americano	31/12/2016 31/12/2015
	9.136 10.940

b) Risco de encargos de dívida. Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, o Grupo Enel prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES). Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, os empréstimos indexados a taxas variáveis, tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap, para se proteger contra o risco de volatilidade

**23. Partes relacionadas:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2016		31/12/2015		Receita (Despesa)	Intangível	31/12/2015		Receita (Despesa)	Intangível
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante			Ativo circulante	Ativo não circulante		
Enel CIEN	(b)	Mútuo	180.690	-	-	-	39.244	-	290.578	-	42.960	-
Enel Soluções		Mútuo	13.085	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ampla Energia		Mútuo	187.125	1.024.850	2.356	-	171.986	-	878.138	8.593	56.315	-
CTM	(c)	Mútuo	-	37.356	-	-	(5.629)	-	35.268	-	12.187	-
TESA	(c)	Mútuo	-	38.612	-	-	(5.858)	-	32.507	-	11.364	-
Chilectra Américas S/A		Mútuo	-	-	10.073	-	(708)	-	-	-	-	-
Chilectra Inversud S/A		Mútuo	-	-	11.232	-	(790)	-	-	-	-	-
Edegel S/A		Mútuo	-	-	7.555	-	(531)	-	-	-	-	-
Endesa Américas S/A		Mútuo	-	-	65.487	-	(4.640)	-	-	-	-	-
Eneris Américas S/A		Mútuo	-	-	94.702	-	(6.659)	-	-	-	-	-
Enel SPA	(g)	Conta corrente	-	-	44.548	-	(10.889)	-	-	63.412	(63.412)	-
Eólica Fazenda Nova	(e)	Conta corrente	2.898	-	-	-	-	2.634	-	-	-	-
ICT - Serviços Informáticos Ltda.		Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Energy Europe	(f)	Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	2.143	-	(2.143)	-
Enel Green Power		Prestação de Serviço	-	-	107	-	-	-	107	-	(107)	-
Gás Atacama		Prestação de serviço	418	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eneris Américas		Prestação de serviço	-	-	487	-	(487)	-	-	-	-	-
Eneris Chile		Prestação de serviço	-	-	177	-	(177)	-	-	-	-	-
Chilectra Chile		Prestação de serviço	-	-	118	-	(118)	-	-	-	-	-
Prátil		Prestação de serviço	-	-	1.339	-	-	-	-	-	-	-
Ingendesa		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Generación Chile		Prestação de serviço	-	-	10.206	-	(9.068)	-	-	-	-	-
Enel Iberoamérica		Prestação de serviço	-	-	1.781	-	(1.781)	-	-	-	-	-
Enel Ingeniería e Innovazione		Prestação de serviço	-	-	5.700	-	(5.700)	-	-	-	-	-
Gás Atacama		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Itália Servizi		Prestação de serviço	-	-	10.049	-	(10.007)	-	-	-	-	-
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	-	539	-	(539)	-	-	-	-	-
Enel Trading		Prestação de serviço	-	-	1.698	-	(1.698)	-	-	-	-	-
			384.216	1.100.818	266.815	-	147.326	-	293.212	945.913	74.255	57.164

continuação

dessas taxas. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros de 2016 fossem iguais às esperadas para 2017, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&FBOVESPA:

Indexador do contrato	31/12/2016	Consolidado		Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	103.606	115.563	4.468	126.286	8.235		
CDI	338.336	401.577	12.793	463.229	25.263		
SELIC	22.119	25.633	1.311	29.101	2.605		
TJLP	51.681	59.861	2.842	67.390	5.104		
FIXO	25.287	-	-	25.287	-		
Dólares norte-americano	303	1.277	974	2.021	1.718		
<b>Total</b>	<b>541.332</b>	<b>629.198</b>	<b>22.388</b>	<b>713.314</b>	<b>42.925</b>		

c) Risco de crédito. O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber. d) Risco de vencimento antecipado. Algumas controladas possuem contrato de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações. e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento. Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições das companhias do Grupo, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a controlada Ampla Energia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. f) Gestão do risco de capital. O Grupo Enel administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	Consolidado
Dívida	31/12/2016
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	3.304.779
Dívida líquida (a)	

**ENEL BRASIL S.A.**

continuação

		Consolidado					
		31/12/2016		31/12/2015			
Empresas	Ref.	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(a.1)	-	-	2.974	93.748	(8.567)	513
Seguridade Social - FAELCE		-	-	-	-	-	-
Fundação Brasiletros	(a.2)	-	-	-	493.335	(49.382)	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	(d)	-	69.535	-	70.741	30.238	-
Endesa Costanera S.A.	(d)	-	26.108	-	26.045	11.267	-
Enel Energy Europe	(f)	-	-	1.127	-	-	-
Enel Ingegneria e Innovazione		-	-	5.700	-	(5.700)	-
Chilectra Américas S/A	(h)	-	-	10.073	-	(708)	-
Chilectra Inversud S/A	(h)	-	-	11.232	-	(790)	-
Edegel S/A	(h)	-	-	7.555	-	(531)	-
Endesa Americas S/A	(h)	-	-	65.487	-	(4.604)	-
Eneris Américas S/A	(h)	-	-	94.701	-	(6.659)	-
Eneris Américas		-	-	487	-	(487)	-
Eneris Chile		-	-	177	-	(177)	-
Chilectra Chile		-	-	118	-	(118)	-
Enel Generación Chile		-	-	10.206	-	(9.068)	-
Enel SPA	(g)	-	-	52.165	-	(15.208)	-
Enel distribuiçõe SPA		-	-	-	-	-	67.060
Enel Iberoamérica		-	-	2.538	-	(1.781)	-
EGP - Joana Eólica		-	-	-	-	-	3
EGP - Modelo I Eólica		-	-	-	-	-	3
EGP - Modelo II Eólica		-	-	-	-	-	3
EGP - Primavera Eólica		-	-	-	-	-	2
EGP - São Judas Eólica		-	-	-	-	-	2
EGP - Cristal Eólica		-	-	-	-	-	3
EGP - Emiliana Eólica		-	-	-	-	-	2
EGP - Pau Ferro Eólica		-	-	-	-	-	2
EGP - Pedra do Gerônimo Eólica		-	-	-	-	-	2
EGP - Tacaicó Eólica		-	-	-	-	-	2
EGP - Soluções Energéticas		-	-	-	-	-	3
EGP - Maniçoba Eólica		-	-	-	-	-	3
EGP - Esperança Eólica		-	-	-	-	-	3
EGP - Damascena Eólica		-	-	-	-	-	3
Enel Green Power Participações Ltda		-	-	107	-	-	168
Enel Green Power		1.560	-	14.350	-	(107.284)	-
Gás Atacama		418	-	-	-	-	-
Enel Itália Servizi		-	-	10.049	-	(10.007)	-
Enel Produzione SPA		-	-	539	-	(539)	-
Enel Trade		-	-	1.698	-	(1.698)	-
		<b>1.978</b>	<b>95.643</b>	<b>291.283</b>	<b>683.869</b>	<b>(181.803)</b>	<b>513</b>
				(2.974)	(587.083)	57.949	
		<b>1.978</b>	<b>95.643</b>	<b>288.309</b>	<b>96.786</b>	<b>(123.854)</b>	<b>513</b>
Total plano de pensão	Plano de Pensão					(2.040)	(57.031)
						<b>77.089</b>	<b>127.864</b>
							<b>(187.072)</b>

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir: (a) Obrigações com plano de pensão: a.1) Plano de Pensão - FAELCE: A controlada COELCE, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida". Para maiores detalhes, vide Nota 27. a.2) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS: A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Para maiores detalhes, vide Nota 27. (b) Enel CIEN: A Companhia possui empréstimos com a sua controlada Enel CIEN no montante total atualizado de R\$180.690 (R\$290.578 em 2015). Os empréstimos são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 2,50% a.a. e 3% a.a. (c) CTM e TESA: Os mútuos com a CTM e TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,00% a.a. (d) CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A. e Enel Costanera S.A.: O saldo a pagar à CEMSA e Costanera no montante de R\$96.786 em 31 de dezembro de 2016 (R\$127.864 em 2015) originou-se em virtude da compra de energia para revenda no mercado brasileiro em anos anteriores. Os saldos são atualizados, em uma base mensal, incluindo as variações cambiais, uma vez que o contrato foi firmado em dólares norte-americanos. (e) Fazenda Nova: A Companhia mantém um conta corrente com a controlada Eólica Fazenda Nova referente a despesas realizadas por esta, a qual se encontra em fase pré-operacional. Esse conta corrente totalizou um montante de R\$2.898 no ativo em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.634 em 2015). (f) Enel Energy Europe: A Companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software. Em 31 de dezembro de 2016, o montante da obrigação constituída foi de R\$1.127 (R\$ 2.143 em 2015). (g) Enel S.p.A.: A Companhia mantém contrato com a Enel S.p.A. referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, serviços estruturais e de disponibilização de recursos humanos. (h) Eneris Américas, Endesa Américas, Edegel, Chilectra Inversud S/A e Chilectra Américas: Mútuos captados objetivando a alavancagem financeira das investidas da Enel Brasil. **Remuneração da Administração:** A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 17.114 (R\$ 14.330 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2016 foi de R\$ 39.225 (R\$50.522 em 2015). **24. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo. **a) Provisões com risco provável:** Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Controladora			
	31/12/2015	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2016
Trabalhistas (i)	159	12	-	171
Cíveis (ii)	6	-	-	6
Fiscais	708	130	-	838
Total	873	142	-	1.015

  

Descrição	Consolidado				
	Saldo 31/12/2015	Adições / Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2016
Trabalhistas(i)	221.917	2.776	95.988	(29.760)	290.921
Cíveis (ii)	381.898	53.076	70.230	(96.450)	408.754
Fiscais (iii)	34.018	(158)	3.104	(3.055)	33.909
Regulatório (iv)	96.926	7.070	10.058	(37.257)	76.797
Ambientais (v)	3.000	-	-	-	3.000
Total	737.759	62.764	179.380	(166.522)	813.381

(i) Riscos trabalhistas: Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. (ii) Riscos civis: Engloba processos de natureza cível, inclusive consumerista, nos quais as controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica, ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. (iii) Riscos fiscais: O restante do valor constante na provisão subdividiu-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumerista. **Controlada Ampla Energia:** Os principais riscos fiscais aos quais a controlada está exposta são: O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.005 (R\$12.326 em 31 de dezembro de 2015). Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 5.279, valor total do auto de R\$ 13.199, (R\$ 4.991 e R\$ 12.477 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) e de R\$ 502, valor total do auto R\$ 2.512 (R\$476 e R\$ 2.378 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente). (iv) Riscos regulatórios: **Controladas Ampla Energia:** O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Inicialmente, o órgão regulador notifica a empresa a respeito das não conformidades que forem constatadas. A empresa notificada terá, então, 15 dias para sua manifestação. Posteriormente, caso se confirme a irregularidade, é emitido auto de infração aplicando penalidade às não conformidades. A empresa terá, então, prazo de 10 dias para interposição de seu recurso. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento. **Controlada COELCE:** Referem-se aos montantes relacionados às multas ARCE (Penalidades regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL). (v) **Riscos ambientais:** **Controlada EGP Cachoeira Dourada:** A provisão constituída no montante de R\$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a controlada, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada. Foi proferida decisão favorável à controlada em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A controlada interps recurso especial contra a decisão. Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos semelhantes envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público. **b) Contingências com risco possível:** O Grupo Enel possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$7.431.959 em 31 de dezembro de 2016 (R\$4.606.082 em 2015). (i) Riscos trabalhistas: As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc. (ii) Riscos civis: A situação jurídica das controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais. **Controlada Enel CIEN: Tractebel:** A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada Enel CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potência firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999, entre a controlada Enel CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da controlada Enel CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R\$117 milhões, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potência firme e energia associada", cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada Enel CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada Enel CIEN e fora de seu controle. A controlada Enel CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa. **Furnas:** Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela controlada Enel CIEN do "Contrato de Potência Firme com Energia Associada", celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da controlada Enel CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R\$520 milhões e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada Enel CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada Enel CIEN e fora de seu controle. A controlada Enel CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Furnas. No prazo para apresentação de Apelação, foi apresentada petição por Furnas, a qual encontra-se com o juiz. A controlada Enel CIEN apresentou contra-razões ao recurso apresentado por Furnas, o qual se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça. (iii) Riscos fiscais: **Enel Brasil: Auto de infração de IR:** Em 2014 a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de IR sobre dividendos supostamente distribuídos a maior do que o devido nos anos de 2009 e 2010. A impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Foi apresentado recurso à segunda instância que aguarda decisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 255.795 (R\$233.300 em 2015). **Autos de Infração PIS/COFINS:** Em 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou dois autos de infração para a cobrança de PIS e Cofins sobre juros sobre capital próprio e outras receitas financeiras, auferidas no período de 2001 a 2005. Em primeira instância administrativa os autos de infração foram julgados parcialmente procedentes, improcedentes no que se refere às receitas financeiras. Diante dos fatos e da jurisprudence administrativa, a empresa em agosto de 2014 efetuou o pagamento da parcela considerada como perda provável (valores relativos ao PIS e à Cofins incidentes sobre os juros sobre capital próprio) correspondente ao valor exigido no âmbito do REFIS, em conformidade com a Lei nº 12.996/14. A parcela remanescente dos autos de infração foi considerada com probabilidade de perda possível, corresponde a R\$24.259 para a Cofins (R\$21.756 em 2015) e R\$3.434 para o PIS (R\$3.080 em 2015), este sobre receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98 e após a vigência do Decreto nº 5.164/2004. **Controlada COELCE:** Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão. **ICMS:** No âmbito estadual, a controlada discute diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$364.507 em 31 de dezembro de 2016 (R\$333.750 em 2015) e tratam de: regime especial originado do termo de acordo 035/91; base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; cancelamento de faturas; estorno de crédito - consumidor baixa renda; imposto em determinadas operações; energia adquirida para consumo próprio e diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. **ISS:** No âmbito municipal, a controlada possui processos judiciais e administrativos com o Município de Fortaleza e Iguaçu referentes ao ISS que totalizam o montante de R\$ 39.938 e R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 35.685 e R\$ 3.370 em 31 de dezembro de 2015) e tratam de:

serviços acessórios; locação de bens móveis; retenção na fonte e serviços prestados em outros Municípios. **Controlada Ampla Energia: Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN):** Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a controlada segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.192.018 (R\$ 1.127.837 em 31 de dezembro de 2015). **COFINS:** Execução fiscal originada de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 3 de dezembro de 2016 é de R\$ 156.721 (R\$ 149.174 em 31 de dezembro de 2015). **ICMS - Diversos temas:** No âmbito estadual, a controlada discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 200.337 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 187.062 em 31 de dezembro de 2015), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores. A controlada discute com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexistência no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 27.275. **Temas municipais:** No âmbito municipal, a controlada discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empacotamento, juntos somam o valor de R\$ 36.400 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 37.485 em 31 de dezembro de 2015). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 11.403 e 2.046, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 10.830 e R\$ 1.887 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente). A controlada discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 34.693. A controlada, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.708 (R\$ 10.144 em 31 de dezembro de 2015). **Controlada EGP Cachoeira Dourada: Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa:** A Companhia ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a autuação da Receita Federal do Brasil sobre a compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A matéria aguarda o julgamento de seu recurso e monta em R\$ 18.672 em dezembro de 2016 (R\$17.931 em 2015). Além do processo descrito acima a Companhia possui outros processos com probabilidade de perda possível totalizando o valor de R\$ 782 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 764 em 2015). **Controlada CGTF: PIS e COFINS:** A controlada foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. A controlada aguarda o julgamento de seu recurso pelo CARF. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 80.090 em dezembro de 2016 (R\$ 75.491 em 2015). **ISS:** Execução Fiscal apresentada pelo município de Caucaia para cobrança de supostos débitos de ISS referente ao período de 2006 a 2010. A controlada apresentou Embargos à Execução Fiscal e aguarda julgamento de primeira instância. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 9.439 em dezembro de 2016. **Controlada CIEN: PIS/COFINS:** A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, nos valores atualizados de R\$ 8.041 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 7.697 em 2015). A controlada aguarda o julgamento dos recursos apresentados. **IRPJ/CSLL:** A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração, em 29 de dezembro de 2008, para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003. A controlada pagou parcialmente o Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003. O montante impugnado atualizado é de R\$ 10.930 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 10.130 em 2015). **ICMS - Diferencial de alíquota:** Em 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal no valor de R\$ 18.099 em 31 de dezembro de 2016 (17.205 em 31 de dezembro de 2015), para cobrar o diferencial de alíquota incidente nos meses de fevereiro, março e abril de 2001. Aguarda-se julgamento do agravo regimental e interno apresentados pela CIEN. **c) Ativo contingente não registrado: Controlada Ampla Energia:** No âmbito de Ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da controlada quanto à COFINS até o ano de 2001. A controlada pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 172.200 (R\$ 166.758 em 31 de dezembro de 2015). **Depósitos judiciais:** O Grupo possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	135	135	191.166	197.135
Cíveis	-	-	60.074	68.312
Fiscais	-	-	34.488	28.934
Total	135	135	285.728	294.381

**25. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 2016 houve o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$2.553.777. As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2016 estão sendo representada por 243.623.648 ações ordinárias sem valor nominal (178.692.925 em 2015). A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Empresa Nacional de Electricidad S.A.	-	-	60.299.607	33,75
Enel Américas	221.705.984	91,00	87.200.363	48,80
Chilectra S.A.	-	-	9.275.291	5,19
Chilectra Inversud S.A.	10.342.306	4,25	10.342.306	5,79
Enel Generación Perú	6.957.053	2,85	6.957.053	3,89
	<b>239.005.343</b>	<b>98,10</b>	<b>174.074.620</b>	<b>97,42</b>
Ações em tesouraria	4.618.298	1,90	4.618.298	2,58
Conselheiros	7	0,00	7	-
Outros	4.618.305	1,90	4.618.305	2,58
Total	<b>243.623.648</b>	<b>100,00</b>	<b>178.692.925</b>	<b>100,00</b>

O valor remanescente do capital a integralizar em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 2.364.777, está previsto para ser integralizado pelos acionistas no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017. Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas em 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Eneris Américas terá efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas será incorporado ao da Eneris Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolverão de pleno direito, sem necessidade de liquidação. Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Eneris Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarreta mudança no controle da Companhia. **b) Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. A partir de 2012, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social. **c) Reforço de capital de giro:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinada a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exceder o valor do capital social subscrito. Conforme apresentado na nota abaixo, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia destinou o valor de R\$512.874 (R\$341.059 em 2015) para constituição da reserva de capital de giro. **d) Dividendos:** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	674.089
(+) Depreciação do ativo imobilizado (C	

continuação

em 2020 e R\$ 72.529.529 após 2020. **Controlada Ampla Energia:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.432.837 em 2017, R\$ 2.688.536 em 2018, R\$ 2.853.353 em 2019, R\$ 2.847.306 em 2020 e R\$ 50.294.988 após 2020. Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período em 31 de dezembro de 2016 que foram homologados pela ANEEL. **Controlada EGP Cacheira Dourada:** A Companhia mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado ("CCEARs") no montante de R\$ 4.565.475.

	2017	2018	2019	2020	2021
Receita bruta	1.202.459	968.024	836.987	801.380	756.625

**Controlada CGTF:** A companhia mantém compromisso de suprimento de energia firmado junto à parte relacionada Coelce, conforme segue:

	2017	2018	2019	2020	2021
Receita bruta	1.050.888	1.102.571	1.146.050	1.179.359	1.211.056

**27. Obrigações com benefícios pós-emprego: Controlada Ampla Energia:** A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora. As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem abaixo relacionadas: a) **Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido):** O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano. **Patrocinadora** - contribui com 2,64% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 187 para cobertura das despesas administrativas. **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário. **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social. Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasileiros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31/12/2016, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 248.543, de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasileiros. b) **Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida):** **Patrocinadora** - contribuição média de 6,40% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,89% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,51% destinados à cobertura das despesas administrativas. **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,13% da folha de salários dos participantes ativos. A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasileiros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31/12/2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%.a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício. Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30/01/2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisado ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais. Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela Enel Distribuição Rio com o PACV totalizam a quantia de R\$ 90.214, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasileiros. c) **Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA):** A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário em regime pré-pago. d) **Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria:** A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia. **Retorno real dos ativos dos planos:** Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 493.335 (R\$ 491.635 em 31 de Dezembro de 2015), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica (IPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão incluídos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasileiros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. **Controlada COELCE:** A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características: a) Plano de Contribuição Definida (CD): A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". b) Plano de Benefício Definido (BD): Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade. Os benefícios do plano compreendem: • Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual. c) Plano de assistência médica: O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656. • Aposentados Lei nº 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano. • Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo. d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria: Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Atualmente os planos BD e CD apresentarão um superávit atuarial total de R\$ 108.875 em 31 de dezembro de 2016. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois eventual benefício econômico para a patrocinadora, somente poderá ser requerido se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora.

**Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016

Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	1.029.004	1.021.198	893.700	904.974	1.922.704	1.926.172
Custo dos serviços correntes	1.934	1.837	2.229	3.038	4.163	4.875
Custo dos juros	138.053	121.575	120.573	108.390	258.626	229.965
Contribuições de participantes do plano	24	22	2.069	2.287	2.093	2.309
Benefícios pagos	(110.851)	(97.301)	(75.486)	(70.087)	(186.337)	(167.388)
Ganho/(perda) atuarial	131.243	(18.327)	145.465	(54.902)	276.708	(73.229)
Valor presente da obrigação atuarial total	1.189.407	1.029.004	1.088.550	893.700	2.277.957	1.922.704

**Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016

Valor justo dos ativos do plano no início do ano	656.657	646.407	929.341	961.150	1.585.998	1.607.557
Retorno esperado dos ativos do plano	90.605	78.655	127.648	117.105	218.253	195.760
Contribuições do participante do plano	24	22	2.069	2.287	2.093	2.309
Contribuições do empregador	74.572	61.967	12.193	16.091	86.765	78.058
Benefícios pagos pelo ano	(110.851)	(97.301)	(75.486)	(70.087)	(186.337)	(167.388)
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	60.959	(33.093)	104.938	(97.205)	165.897	(130.298)
	771.966	656.657	1.100.703	929.341	1.872.669	1.585.998

**Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016

Valor presente das obrigações atuariais	1.189.407	1.029.004	1.088.551	893.700	2.277.957	1.922.704
Valor justo dos ativos	(771.966)	(656.657)	(1.100.703)	(929.341)	(1.872.669)	(1.585.998)

Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos

	417.441	372.347	(12.152)	(35.641)	405.288	336.706
--	---------	---------	----------	----------	---------	---------

Efeito do limite para reconhecimento do ativo (Ativo)/Passivo atuarial líquido

	417.441	372.347	96.723	87.436	514.163	459.783
--	---------	---------	--------	--------	---------	---------

Dívida contratada

	75.894	119.288	–	–	75.894	119.288
--	--------	---------	---	---	--------	---------

(Ativo)/Passivo atuarial líquido apurado

	493.335	491.635	96.723	87.436	590.057	579.071
--	---------	---------	--------	--------	---------	---------

Circulante

	–	–	2.975	2.040	2.974	2.040
--	---	---	-------	-------	-------	-------

Não Circulante

	493.335	491.635	93.748	93.748	587.083	577.031
--	---------	---------	--------	--------	---------	---------

(\*) O valor referente a controlada Ampla Energia contempla o saldo da dívida contratada.

**Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016

Custo do serviço corrente bruto	1.958	1.859	4.298	5.325	6.256	7.184
Contribuições de participante	(24)	(22)	(2.069)	(2.287)	(2.093)	(2.309)
Custo do serviço líquido	1.934	1.837	2.229	3.038	4.163	4.875
Juros sobre a obrigação atuarial	138.053	121.575	120.573	108.390	258.626	229.965
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	–	–	17.909	(117.105)	17.909	(117.105)
Rendimento esperado dos ativos no ano	(90.605)	(78.655)	(127.648)	18.437	(218.253)	(60.218)
Juros líquidos sobre benefício definido passivo/(ativo)	47.448	42.920	10.834	9.722	58.282	52.642
Total reconhecido na DRE	49.382	44.757	13.063	12.760	62.445	57.517

**Valor que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos:**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016

Renda fixa	632.202	416.343	913.836	757.386	1.546.038	1.173.729
Renda variável	22.723	131.822	68.566	64.446	91.289	196.268
Investimentos imobiliários	108.314	94.992	100.920	91.333	209.234	186.325
Outros	8.727	13.500	17.381	16.176	26.108	29.676
Total do valor justo dos ativos do plano	771.966	656.657	1.100.703	929.341	1.872.669	1.585.998

**Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016

Ganho/(Perda) sobre obrigações atuariais	(131.243)	18.327	(145.465)	54.902	(276.708)	73.229
Ganho/(Perda) sobre os ativos	60.959	(33.093)	104.938	(97.205)	165.897	(130.298)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	–	–	32.112	42.617	32.112	42.617
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	43.392	(49.045)	–	–	43.392	(49.045)
Efeito aplicação - CPC 33 R1	–	–	–	–	–	–
Montante reconhecido no exercício em ORA	(26.892)	(63.811)	(8.415)	314	(35.307)	(63.497)

**Retorno real dos ativos dos planos**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016

Retorno esperado sobre os ativos do plano	90.605	78.655	127.648	117.105	218.253	195.760
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	60.959	(33.093)	104.938	(97.205)	165.897	(130.298)
Retorno real sobre os ativos dos planos	151.564	45.562	232.586	19.900	384.150	65.462

**Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido**

	Ampla Energia	COELCE	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016

Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	119.288	70.242	123.077	147.258	242.365	217.500
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	–	–	17.909	18.436	17.909	18.436
Varição no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(43.394)	49.046	(32.111)	(42.617)	(75.505)	6.429
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	75.894	119.288	108.875	123.077	184.769	242.365

**Premissas biométricas adotadas:** As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

**Ampla energia**

Principais premissas atuariais	BD	CD	PAMA	FGTS
Taxa de desconto	12,20%	12,20%	12,20%	12,25%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,20%	12,20%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,19%	9,19%	N/A	9,19%
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

**Coelce**

Principais premissas atuariais	BD	CD	PAMA	FGTS
Taxa de desconto	12,20%	12,31%	12,15%	12,31%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,20%	12,31%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,19%	9,19%	N/A	9,19%
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

Tábua de mortalidade de inválidos

	6anos	6anos	6anos	N/A
--	-------	-------	-------	-----

Para avaliação atuarial dos planos de saúde do exercício de 2016, adotou-se como premissa para estimar o aumento dos custos médicos a taxa (inflação médica) de 9,18% a.a. (3% a.a. em termos reais). No exercício anterior a taxa assumida foi de 9,69% a.a. (3% a.a. em termos reais). Para projeção das despesas assistenciais dos planos adotou-se como premissa em função da idade (aging fator) a taxa de 3,00% a.a. (3,00% a.a. em 2015) (e para projeção das contribuições a taxa de 1,50% a.a. em 2016 (1,50% a.a. em 2015). Além disso, considerou-se que todos os beneficiários optaram pela permanência no plano de saúde na aposentadoria. Com exceção da taxa de inflação médica adotada para avaliação atuarial de saúde, as demais premissas permaneceram as mesmas do exercício anterior. Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula. **28. Imposto de renda e contribuição social:** A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	Controladora	Enel Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	628.281	493.395	945.782	973.864
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%

